

## Acordo do Banespa será votado na terça

*Comissão de Assuntos Econômicos decide esperar envio de relatório do TCU para se manifestar sobre empréstimo de R\$ 7,5 bi ao governo de São Paulo*

### Emendas ao Sivam recebem parecer de Ramez Tebet

O relator-geral do Sivam, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apresentou ontem, em reunião das três comissões do Senado que analisam o projeto, seu parecer sobre as emendas de plenário. Tebet concluiu pelo acatamento parcial de duas emendas, oferecidas por Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Em razão de pedido de vistas coletivas, às comissões, sob a presidência do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), decidiu adiar para a próxima quarta-feira a discussão e votação do parecer.

Ramez Tebet propõe que a autorização do Senado para o projeto Sivam fique condicionada à realização, pelo governo, de licitação para as obras civis; à assinatura de compromisso de sigilo com as empresas fornecedoras de bens e serviços; à garantia de rescisão dos contratos comerciais que apresentem irregularidade insanável constatada pelo TCU; e ao envio para apreciação do Congresso, ainda nesta sessão legislativa, de proposta de fortalecimento do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) anunciou ontem que o seu parecer referente ao acordo sobre o empréstimo de R\$ 7,5 bilhões do governo federal ao governo de São Paulo para sanear a dívida do estado com o Banespa será votado na terça-feira, dia 14, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Em reunião realizada no início da noite, a comissão decidiu que a discussão do assunto será retomada após receber o relatório do TCU.

Relator da matéria, Piva afirmou que a CAE perdeu ótima oportunidade de aprovar o acordo e se disse "frustrado" pelo adiamento de sua discussão. Dizendo que praticamente todos os senadores presentes à reunião votariam favoravelmente, Pedro Piva acrescentou que, independente do relatório do TCU, "não mudarei uma linha do meu parecer".

Autor do requerimento solicitando ao TCU que analise os balanços do Banespa de 1994 e 1995, o senador Osmar Dias (PR), por sua vez, disse que o



A CAE aprovou, entre outras matérias, autorização para rolagem de dívidas

Tribunal teria assumido o compromisso de concluir o seu relatório até terça-feira.

### CRÉDITO

Presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), a CAE aprovou pedido do Executivo para contratar operação de crédito externo de US\$ 450 milhões junto ao BID.

Também foram aprovadas: autorização aos governos do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul para o giro de suas dívidas mobiliárias; pedido do Rio Grande do Sul, referente a ajuda a pequenos produtores rurais; e autorização ao Paraná para contratar empréstimo de US\$ 249 milhões, junto ao BID. As matérias serão encaminhadas ao plenário da Casa.

**Proposta sobre a Vale sai da pauta para novo parecer**

Página 3

**Indicados nomes da comissão que vai estudar MPs**

Página 2

### Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis

O plenário do Senado aprovou por unanimidade, no início da noite de ontem, projeto de lei de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis da Pátria.

O líder do PSB, senador Ademir Andrade (PA), lembrou que o exemplo dado por Zumbi no passado requer a nossa reflexão para o futuro. Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou a luta de Benedita da Silva pelo reconhecimento dos símbolos da raça negra.

Os senadores Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, Nabor Júnior (PMDB-AC) e José Eduardo Dutra (SE), líder do PT, também manifestaram apoio à iniciativa.

## Bicudo solicita que votação seja adiada

O deputado Hélio Bicudo (PT-SP) pediu ontem ao senador José Sarney, presidente do Senado, o adiamento para a próxima semana da votação do projeto de lei que transfere da Justiça militar para a Justiça comum o julgamento de militares nos casos em que os crimes cometidos não tenham relação com as suas atividades.

O adiamento visa permitir, antes da votação da matéria pelos senadores, que a questão seja divulgada no contexto de iniciativas com que o governo Fernando Henrique Cardoso pretende marcar o Plano de Direitos Humanos, a ser lançado nos próximos dias.

# Anunciados os 11 senadores para a comissão das MPs

*Seis dos integrantes são autores de propostas para regulamentar as medidas provisórias*

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem a lista dos senadores que vão participar da comissão que irá preparar uma proposta de regulamentação do uso de medidas provisórias. A comissão, presidida pelo próprio Sarney, terá 30 dias para apresentar um projeto de consenso, tendo como base cinco emendas constitucionais e um projeto de lei da Câmara que se encontram em tramitação.

Ela será formada pelos autores das propostas de emendas constitucionais e por outros seis senadores, indicados pelos partidos. São au-

tores de propostas sobre o uso de MPs os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Nabor Júnior (PMDB-AC), Roberto Requião (PMDB-PR), Esperidião Amin (PPB-SC), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Epitácio Cafeteira (PPB-MA).

A participação dos partidos na comissão será assegurada com a presença dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Bernardo Cabral (PFL-AM), Roberto Freire (PPS-PE), Edison Lobão (PFL-MA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Iram Saraiva tem retrato na galeria da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado realizou na manhã de ontem cerimônia para aposição do retrato do ex-senador goiano Iram Saraiva na galeria de ex-presidentes do órgão. Presidida pelo senador Iris Rezendes (PMDB-GO), a reunião contou com a presença do ex-parlamentar e hoje ministro do Tribunal de Contas da União, de ministros daquela Corte e senadores, além da família do homenageado e funcionários do Senado e do Tribunal. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) representou o presidente do Senado, José Sarney, que no mesmo horário assistia à posse do senador Arlindo Porto como ministro da Agricultura.

Agradecendo a homenagem, Iram Saraiva fez questão de proclamar seu orgulho por ter sido senador.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h** - Recebe Vicente Martorano, da Norton S.A.  
**10h30** - Preside reunião da Comissão Diretora.  
**12h** - Recebe o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Dornelles.  
**14h30** - Preside Sessão Deliberativa do Senado.  
**18h30** - Participa da solenidade de aposição do retrato do ministro Paulo Brossard na galeria dos ex-presidentes do TSE. Local: Salão Vermelho do TSE.

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**  
**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*Requerimento nº 353/96**, solicitando, nos termos regimentais, a criação de comissão temporária interna, composta de treze membros, para o fim especial de, no prazo de cento e vinte dias, examinar o problema da nossa dívida interna pública e, bem assim, propor alternativas para sua solução; e **\*PDL nº 191/95**, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, Econômica e Industrial, celebrado entre o Brasil e a Turquia, em Brasília, em 10.04.95.

### COMISSÕES

- 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)**  
**Pauta:** Debate com a participação da juíza Denise Frossard sobre uma proposta de combate à corrupção no país. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.  
**10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**  
**Pauta:** Audiência com o embaixador do Brasil no Paraguai, Márcio Paulo de Oliveira Dias, sobre os recentes acontecimentos políticos naquele país e a posição assumida pelo Brasil na questão. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.  
**10h - Comissão de Educação**

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 234/95 (terminativo)**, que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; **\*PLS nº 2/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional dos Povos da Floresta"; **\*PLS nº 18/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a função de responsável técnico nas empresas de comunicação social; **\*PLS nº 58/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação; e **Diversos nº 65/95 (não terminativo)**, do ministro das Comunicações, encaminhando ao presidente do Congresso Nacional proposta de texto de regulamento sobre o serviço de TV a cabo, elaborada por aquele ministério, para audiência e parecer do Conselho de Comunicação Social. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

**10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.415/96**, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da previdência social, altera alíquotas de contribuição para a seguridade social e institui contribuição para os servidores inativos da União  
**Pauta:** Eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

**10h30 - Comissão de Assuntos Sociais**  
**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **\*PLS nº 83/95 (terminativo)**, que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no Regime Geral da Previdência Social; **\*PLS nº 216/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a mineração em terras indígenas; e **\*PLS nº 188/95 (terminativo)**, que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

**11h - Comissão Especial destinada a acompanhar as propostas, teses e os procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2**, que será realizada em Istambul, no período de 3 a 14 de junho de 1996.

**Pauta:** Exposição do representante da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, na Comissão Nacional Pró-Habitat, Durval Magalhães Fernandes. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.



Os senadores debateram a proposta durante duas horas antes de encaminhá-la à Comissão

## Plenário envia projeto sobre a Vale para a Comissão de Infra-Estrutura

*Acordo não sai e proposta sobre privatização da companhia pode ser analisada por até 30 dias antes da apreciação final*

Depois de duas horas de intenso debate e de uma frustrada tentativa de acordo, o plenário do Senado decidiu na tarde de ontem encaminhar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o projeto de lei que submete ao Congresso a privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Os senadores concordaram com requerimento defendido pelo presidente da comissão, José Agripino (PFL-RN), a qual terá o prazo de 15 dias para analisar o projeto, podendo ser prorrogado por igual período pelo plenário.

O requerimento recebeu 47 votos favoráveis, contra 24, e foi defendido pelas lideranças do PFL, PSDB e PTB. Deixaram a questão em aberto o PMDB e o PPB, enquanto votaram contra PT, PSB, PDT e PPS. O autor do projeto, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), concordou com o acordo, pelo qual o projeto seria colocado em votação em duas semanas, assim que a comissão terminasse sua análise. O líder do governo, Elcío Alves (PFL-ES), não apoiou o acordo.

O debate foi marcado por acusações de opositoristas de que a remessa do projeto a uma nova comissão seria manobra

do governo para atrasar sua votação. "Quando o Senado votar o projeto, a privatização já poderá estar consumada", afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA). Por sua vez, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) chegou a anunciar que apresentaria requerimentos para submeter à apreciação de comissões projetos de interesse do governo, inclusive o do Sivam.

- Será que a senhora Helena Landau e outros burocratas do governo devem ter mais poderes sobre a privatização que os senadores? - questionou o líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA). O senador Jú-

lio Campos (PFL-MT) argumentou que é um direito da Comissão de Infra-Estrutura analisar o projeto, pois os projetos da Vale mexem com a infra-estrutura. "Não estamos postergando a votação do projeto e ninguém está traindo o Brasil", disse o senador Júlio Campos.

Dutra lembrou que o líder do governo prometera no dia 29 de agosto do ano passado que "em 20 dias" o projeto seria colocado em votação, depois de analisado em comissões. No dia 15 de dezembro de 95, o projeto estava na pauta de votações, mas os líderes governistas propuseram novo adiamento.

## Júnia denuncia manobra para desvalorizar a empresa estatal

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) alertou ontem que há uma tentativa de se baixar o preço de avaliação para privatização da Vale do Rio Doce. Ela afirmou que representantes de várias empresas de avaliação "vazaram para a imprensa seus palpites de que a Vale deveria ser vendida por apenas US\$ 10 bilhões".

A lei é clara ao especificar

que o dinheiro da venda das estatais seria utilizado para reduzir a dívida pública, disse a senadora. "Ora, desde 1991 até hoje, foram vendidas 44 estatais, pelo valor nominal de US\$ 13 bilhões. No entanto, a dívida pública subiu no mesmo período de apenas R\$ 11 bilhões para os atuais R\$ 125 bilhões, um aumento superior a 1.000%", frisou.

## Simon repele o objetivo de retardamento

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que o governo está impedindo que seja votada



Simon

a proposta que submete a privatização da Companhia Vale do Rio Doce à autorização do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que apressa o processo de venda da estatal.

- Isso não fica bem para o Congresso nem para o governo. Nós queremos é tirar a Vale da vala comum das privatizações. Cada uma dessas empresas estatais foi criada por lei e, portanto, deve ser privatizada por lei, uma a uma - afirmou Simon.

Para o senador, a transferência do processo de privatização para o Executivo foi um dos maiores erros do Congresso Nacional ao longo de sua história. Pedro Simon lembrou que esse erro foi cometido por um Parlamento em final de mandato, que aceitou proposta do presidente recém-eleito, Fernando Collor de Melo.

O senador gaúcho também defendeu o disciplinamento da edição de medidas provisórias. Elas foram inscritas na Constituição para vigorar em regime parlamentarista, disse. Nesse caso, rejeitada uma MP do governo, cairia o gabinete.

Relator no Senado do projeto do então deputado Nelson Jobim que regulamenta a edição das medidas provisórias, Simon declarou-se favorável a que o Senado vote o projeto na forma como veio da Câmara, sem nenhuma modificação.



Regina D'Assumpção

## Minas agora tem Regina no Senado

Em virtude do afastamento de Arlindo Porto, licenciado para ocupar o Ministério da Agricultura, assumiu o mandato de senadora sua primeira suplente, Regina D'Assumpção, representante do PTB de Minas Gerais. Depois de ler o juramento constitucional, ela foi empossada pelo presidente da Casa, senador José Sarney.

## Emília assume suplência na Secretaria



Emília

Por 73 votos favoráveis e 4 em branco, o plenário do Senado elegeu ontem a senadora Emília Fernandes

(PTB-RS) para a vaga de suplente de secretário da Mesa, aberta com a saída do senador Luiz Alberto de Oliveira (PTB-PR). Eleita, a senadora assumiu a presidência dos trabalhos e afirmou que, na função administrativa, contribuirá para o engrandecimento da Casa e seu bom funcionamento.

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou sua satisfação pela condução de uma representante feminina à Mesa Diretora e deu-lhe boas-vindas na função.



O senador Fernando Bezerra (E), presidente da CNI, entrega a Sarney lista de 125 projetos

# CNI busca apoio de Sarney para reduzir "custo Brasil"

*Empresários querem aprovação de projetos que estimulam os investimentos e proporcionam a geração de mais empregos*

Liderada pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente da entidade, comitiva da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, documento historiando os problemas provocados pelo chamado "Custo Brasil" e uma relação dos 125 projetos em tramitação no Congresso, que "ora

ajudam a reduzir esse custo e estimular investimentos, ora apresentam riscos de aumentá-lo e desestimular as atividades produtivas".

Os empresários pediram o apoio de Sarney para a aprovação de propostas legislativas que permitam reduzir os custos de produção, estimular os investimentos e a geração de mais em-

pregos. Eles solicitaram particular atenção para a apreciação de projetos como o que está em análise pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que altera a questão da organização sindical no país, bem como a medida provisória do Cadin, que os empresários consideram prejudicial apenas para o setor privado.

## José Ignácio espera que governo reverta decisão sobre ZPE capixaba

O apoio do Senado Federal para que o estado do Espírito Santo tenha aprovado o seu pleito de realocar a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Vila Velha num local mais adequado, no mesmo município, foi pedido pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

O senador fez o apelo na convicção de que, com a intermediação da Casa, o presidente da República determinará providências que modifiquem a decisão tomada pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, que negou autorização para essa transferência "sob a alegação pífia de que se esgotara o prazo de um ano, estabeleci-

do por lei, para que se iniciassem as obras de infra-estrutura da zona".

José Ignácio afirmou que tal decisão "carece de fundamento legal, agride o bom senso e estabelece um

tratamento discriminatório contra o Espírito Santo", pois o governo do estado, por uma questão de lógica, não poderia iniciar obras de infra-estrutura numa área diferente daquela onde efetivamente pretende implantar a ZPE. A evidência de discriminação contra o Espírito Santo, segundo o senador, está no fato de que a mesma autorização negada ao es-



José Ignácio

tado foi obtida pelo Maranhão, Pará e Sergipe.

- Esse é um caso típico de tratamento duplamente preconceituoso. Contra um mecanismo moder-

no de desenvolvimento industrial - as ZPEs - e contra um estado que não pertence à elite do nosso PIB industrial, mas tem potencialidades e a firme decisão de ascender ao primeiro escalão do desenvolvimento industrial - garantiu José Ignácio, lembrando que o povo capixaba e suas lideranças políticas não aceitam essa atitude.

# Benedita explica por que desconto de inativo é ilegal

*Senadora destaca que, além de inconstitucional, medida contraria intenção manifestada por FHC de dar prioridade ao social*



Carlos Wilson

## Para Wilson, modernizar é criar empregos

"Não existe movimento de modernização econômica que se justifique se não contemplar o trabalho como um dever e um direito, um caminho pelo qual os homens possam experimentar a peregrina caminhada em busca de sua plena humanização." A opinião é do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que defendeu a necessidade de o poder público buscar soluções para o desemprego que aflige milhares de trabalhadores no Brasil.

Carlos Wilson reconhece que a falta de oportunidades de trabalho é um fenômeno que atinge todos os países, sem distinguir os que possuem economia de primeira grandeza dos que estão entre os menos desenvolvidos. A seu ver, esse fato representa um alerta de que, sob as aparências de um processo econômico em franca expansão, podem estar encobertas agudas fragilidades estruturais.

- Numa época em que muitos sacralizam o mercado e advogam a existência de um Estado absolutamente reduzido, talvez seja o momento mais propício a que o poder estatal, reorientado em sua forma de ser e de agir, atue vigorosamente no sentido de estabelecer as regras que, possibilitando a prosperidade econômica, não permitam o adensamento das crises sociais - disse Carlos Wilson. O senador fez o pronunciamento a propósito das comemorações do Dia do Trabalho.

A cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários inativos civis da União é inconstitucional, disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Ela afirmou que os descontos fixados entre 8% e 12% sobre as aposentadorias do funcionalismo público civil, determinados pela Medida Provisória nº 1.415, afrontam decisão já tomada pela Câmara dos Deputados e, por romper compromisso contratual, submetem o governo a contestações judiciais.

A senadora lembrou que o plenário da Câmara, em janeiro deste ano, rejeitou essa mesma proposta por 306 votos contra 124. Ressaltou que, de acordo com

a Constituição, proposta de emenda constitucional rejeitada não pode ser objeto de nova proposição na mesma sessão legislativa. Benedita da Silva disse ainda que, como o desconto reduz os vencimentos dos inativos, fere, mais uma vez, a Constituição.

A senadora petista afirmou também que, além de ser inconstitucional, a contribuição sobre as aposentadorias opõe-se à intenção manifestada recentemente pelo presidente da República de retomar como prioridade as políticas sociais.

- Ao transferir o ônus do rombo da Previdência a



Benedita da Silva

uma classe condenada a sobreviver no limite da dignidade humana, o governo está aumentando as injustiças sociais - disse ela.

Benedita da Silva disse ainda que é contra o abuso do Executivo na edição de medidas provisórias. A seu ver, essa banalização cria verdadeira balbúrdia jurídica.

## Líderes da oposição pedem prioridade para a comissão do salário mínimo

Líderes de partidos de oposição na Câmara e no Senado pediram ontem ao presidente do Congresso, senador José Sarney, apoio e prioridade para a instalação da comissão mista encarregada de analisar a medida provisória que reajustou o salário mínimo em 12 por cento. A instalação da comissão está prevista para as 10h de hoje.

Sarney prometeu tomar todas as providências que cabem à presidência da instituição, segundo informou a deputada Sandra Starling, líder do PT na Câmara. A deputada disse que as oposições pretendem fazer da

avaliação e eventual modificação da MP dos salários uma "medida provisória emblemática dos novos tempos do Legislativo no tratamento dessas iniciativas do Executivo", destacou a parlamentar.

O encontro com Sarney teve a participação dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do partido no Senado, e Benedita da Silva (PT-RJ), além de deputados do PT e PC do B. A intenção dos representantes da oposição é apresentar um projeto de conversão à MP, alterando substancialmente as deliberações do governo na área salarial.

## Bancário quer CPI dos bancos imediatamente

Comissão representativa das entidades de bancários de todo o país entregou ontem ao presidente do Senado, José Sarney, abaixo-assinado com 62 mil assinaturas, pedindo a imediata instalação de uma CPI dos bancos. Os representantes sindicais visitaram lideranças partidárias solicitando iniciativa parlamentar no sentido do início dos trabalhos da comissão de inquérito.

# Soberania a nações indígenas preocupa Epitácio Cafeteira

*Senador pede ao Ministério das Relações Exteriores que esclareça advertência feita por diplomata a respeito de resolução da ONU*

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), deseja conhecer as providências tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores para evitar que as terras indígenas já demarcadas possam se tornar independentes, constituindo-se em nações. O senador ficou preocupado com um artigo do diplomata Joaquim de Almeida Serra e publicado na *Tribuna da Imprensa* e na *Revista do Clube Militar*, no qual o diplomata afirma que, em decorrência de resolução adotada em Bruxelas pela ONU, as reservas indígenas brasileiras seriam declaradas independentes a partir deste ano.

Cafeteira apresentou à Mesa requerimento dirigido ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia,



Cafeteira lembrou que denúncia é subscrita por diplomata

para que ele explique qual a reunião da ONU a que se referiu o diplomata em seu artigo; qual o texto da referida resolução; e qual terá sido o voto do representante brasileiro nessa alegada resolução da ONU.

Ao encaminhar o requerimento, Cafeteira argumentou que o fato de a denúncia ser subscrita por um diplomata de carreira, "de extenso currículo na Casa de Rio Branco, aumenta-lhe a gravidade".



Flaviano Melo

## Flaviano quer mediação de Jobim em litígio

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu ontem a interferência do ministro da Justiça, Nelson Jobim, como mediador na questão do litígio territorial existente há mais de 10 anos entre os estados de Rondônia e Acre, envolvendo os municípios de Nova Califórnia e Extremo.

Flaviano quer que sejam convocados os governadores, deputados e senadores dos dois estados a fim de que se encontre uma solução para o litígio. "Nas localidades não existem serviços públicos prestados pelos governos federal ou estadual. Os moradores das duas cidades pagam impostos, mas não recebem benefícios", afirmou.

Segundo o senador, os moradores das duas cidades estão ameaçando interromper o tráfego da rodovia Rio Branco-Porto Velho como forma de alertar as autoridades para o problema. O senador disse que, quando foi governador do Acre, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para resolver a questão, mas até hoje não houve julgamento do processo.

## Para Marluce Pinto, advertência de diplomata merece crédito

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) considerou ontem grave o artigo do diplomata Joaquim de Almeida Serra, citado no requerimento de informações dirigido pelo senador Epitácio Cafeteira ao chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Ao tomar conhecimento do fato, a senadora pediu que fosse registrado em ata o artigo assinado pelo diplomata, e elogiou a atitude de Cafeteira sobre a formalização do requerimento.

A senadora deseja que o assunto seja plenamente esclarecido, até porque, conforme explicou, não se trata de informação leviana, visto que o autor do artigo tem 23



Marluce Pinto não crê que a informação seja leviana

anos de carreira diplomática e viveu em vários países.

— É urgente e necessário, de uma vez por todas, que essa questão seja dissecada. Não podemos ficar nesse impasse, em que denúncias são formalizadas e logo esquecidas

— disse a senadora.

Marluce afirmou que outras nações "estão sendo envolvidas nessa trama inaceitável", e acrescentou: "Se falso ou verdadeiro, a seriedade do fato exige profunda investigação".

# Comissão de Infra-Estrutura debate gestão de hidrovias

*Especialista defende criação de órgão ágil para movimentar o setor. Senador José Agripino Maia lembra que modernização do país exige melhor utilização do transporte fluvial*

O diretor do Departamento de Hidrovias Interiores do Ministério dos Transportes, Guilherme de Lima Paes, defendeu ontem a criação de um órgão com a agilidade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, para gerir o setor hidroviário, como fazia antes a Portobrás, extinta no governo Collor. Lima Paes foi um dos expositores na audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sob a presidência do senador José Agripino (PFL-RN). O encontro reuniu dirigentes de diversos órgãos ligados à gestão de hidrovias com o objetivo de levantar sugestões para o desenvolvimento do transporte aquaviário no Brasil.

Segundo José Agripino, a modernização do país exige a melhor utilização de hidrovias para o escoamento contínuo



**José Agripino**

das safras regionais de grãos, de modo a explorar com mais eficiência sua vocação agrícola.

- O futuro do país está intimamente ligado à agricultura, especialmente à produção de grãos, que vai alavancar a potência que é o Brasil. Isto envolve grandes volumes de cargas, que precisam transitar em um sistema multimodal de hidrovias, rodovias e ferrovias - afirmou

## Senador propõe parceria

O senador José Agripino enfatizou a necessidade de os dirigentes do setor aquaviário elaborarem uma proposta a ser apresentada à comissão que preside. Ele afirmou que os senadores estariam dispostos a formar com eles uma parceria para levar essas propostas ao governo.

- É preciso provocar o Executivo e, também, a iniciativa privada, para que tomem uma posição concreta em relação ao setor, que está entregue a própria sorte - disse.

A comissão ouviu também o depoimento dos superintendentes das Administrações da Hidrovia da Amazônia Ocidental, do Rio São Francisco, do Paraná e do Tocantins-Araguaia, que, em seguida, foram interpellados pelos senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA), autor do requerimento de convocação da audiência pública, Mauro Miranda (PMDB-GO), José Bonifácio e pelo próprio presidente da comissão, José Agripino Maia.

o senador.

Durante o debate, o dirigente do Ministério dos Transportes informou que o governo está estudando alternativas de reorganização para gerir as hidrovias, de maneira a atender os atuais requisitos da economia. Ele dis-

se que a dispersão das administrações de hidrovias pelas companhias docas deve ser substituída, de modo a restabelecer o controle central dessas atividades e garantir efetividade na aplicação de recursos na rede hidroviária.

## Bonifácio anuncia construção de hidrelétrica no Tocantins

O senador José Bonifácio (PPB-TO) anunciou ontem que o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, garantiu ao governador do Tocantins, Siqueira Campos, que o processo licitatório para a construção da usina hidrelétrica de Lageado, no rio Tocantins, será aberto assim

que o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) receber o estudo de viabilidade técnica e econômica do projeto.

Bonifácio mencionou a obra como exemplo do di-

namismo desse novo estado brasileiro, que já tem seu primeiro projeto para geração de energia elétrica. O senador explicou que essa usina será construída e explorada

**Usina vai ser explorada por consórcio de empresas**

por um consórcio de que fazem parte empresas privadas e estatais, incluindo a Companhia de Energia Elétrica de Tocantins

(Celtins), a empresa chilena Chilgener S.A., a Companhia Paulista de Energia Elétrica, a Companhia de Eletricidade de Portugal S.A., a americana Central South West e a Companhia de Eletricidade de Brasília.



**José Bonifácio: ministro garante licitação**

Na opinião de Bonifácio, esse interesse de companhias elétricas de outros estados e de empresas estrangeiras em participar da usina de Lageado constitui demonstração irrefutável da importância e oportunidade da obra, que terá uma capacidade de 1.020 megawatts. Ele informou que os benefícios imediatos da energia a ser

produzida pela usina não se limitam ao Tocantins, mas permitirão a exportação de energia para os sistemas energéticos do Sul-Sudeste ou do Norte-Nordeste, suprimindo assim eventuais sobrecargas nessas redes. Disse também que o megawatt a ser produzido em Lageado será um dos mais atrativos do Brasil.

# Rocha quer plebiscito para reeleição

*Senador está colhendo assinaturas para emenda constitucional que poderá decidir também se voto permanecerá obrigatório*

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou ontem, em discurso, que está colhendo assinaturas para apresentar proposta de emenda constitucional que prevê um plebiscito nacional, no dia 21 de abril de 1998, quando o eleitorado decidirá se manterá ou extinguirá o voto obrigatório e se concorda ou

não com a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos.

Conforme o senador, o plebiscito é um mecanismo fundamental para a soberania popular, pois permite aos cidadãos dizerem se con-



Sebastião Rocha

cordam ou não com determinados fatos ou situações. Sebastião Rocha informou que já conta com quase 20 assinaturas, das 27 necessárias, para que sua proposta comece a tramitar no Senado.



Romeu Tuma

## Tuma destaca atuação do Brasil na Segunda Guerra

A atuação brasileira na Segunda Guerra Mundial "nos orgulha profundamente", afirmou ontem o senador Romeu Tuma (PSL-SP), para quem o Brasil prestou expressiva contribuição para o término do conflito.

O senador lembrou que o país foi a única nação latino-americana a enviar contingentes militares para lutar ao lado dos Aliados contra o nazi-fascismo.

Tuma disse que a participação dos soldados brasileiros na guerra levou o governo britânico a congratular o então presidente Getúlio Vargas, destacando que o Brasil participou dignamente na vitória das nações aliadas.

O senador ressaltou o desempenho da Marinha brasileira, que completou 445 missões com pleno êxito. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) homenageou a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

## Totó Cavalcante solicita providências contra ministro

O senador Totó Cavalcante (PPB-TO) pediu à Mesa que adote providências junto à Procuradoria Parlamentar da Casa com o objetivo de interpelar o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Carlos Mário Velloso, para que ele confirme ou não o que teria dito à revista *Veja*, em matéria publicada esta semana, intitulada "Bancada dos semvoto". Cavalcante afirmou que a matéria é considerada pelos senadores ofensiva à imagem da Casa.

A reportagem põe em dúvida a legitimidade do mandato dos senadores "que não passaram pelo teste das urnas" e divulga as fotos de 10 deles, entre os quais o próprio Totó Cavalcante. Nela, o presidente do TST diz que "é constrangedor ver suplen-



Totó Cavalcante

tes sem expressão eleitoral assumirem no Senado".

- Tal procedimento atribuído àquela autoridade do Judiciário, caso seja confirmado, extrapola em muito a competência própria do Tribunal, além de ferir a ética que sempre deve presidir as relações de harmonia e igualdade entre os poderes - acrescentou o senador, ressaltando que o seu passado político foi aprovado pelos eleitores do Tocantins e de Goiás.

## Cafeteira lamenta falecimento de secretário do PPB

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (MA), lamentou ontem a morte do primeiro-secretário do partido, Rosalvo Freire Azevedo, ocorrida terça-feira em Brasília. Cafeteira disse que o fato de nunca ter disputado um cargo político não diminuiu o amor de Rosalvo pelo PPB.

Em aparte, o presidente nacional do PPB, senador Esperidião Amin (SC), também manifestou seu pesar pela morte do primeiro-secretário. O senador Júlio Campos (PFL-MT), na presidência dos trabalhos do plenário, solidarizou-se à manifestação.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho  
**2º Vice-Presidente:** Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odaírc Soares  
**2º Secretário:** Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias  
**4º Secretário:** Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

**Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal**  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor da Subsecretaria de Divulgação:** Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo:** Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa:** José do Carmo Andrade  
 ■ **Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
**Diagramação:** Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos:** Célio Azevedo, Márcia Kahume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral  
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal